



Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

**Informações financeiras
intermediárias em 31 de
março de 2019**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	6
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias	7



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias

Ao Conselho de Administração e Quotistas do
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul
Curitiba - Paraná

Introdução

Revisamos os balanços patrimoniais do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul ("Consórcio") em 31 de março de 2019 e os respectivos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

A Administração do Consórcio é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias com base nas práticas contábeis estabelecidas no manual contábil Normas e Procedimentos Contábeis (NPC) do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul ("manual"). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade. Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias e restrição sobre distribuição ou uso

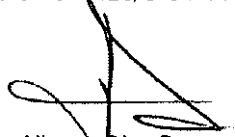
Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações financeiras intermediárias, que descreve a base contábil dessas demonstrações financeiras intermediárias, elaboradas com base no manual contábil "Normas e Procedimentos Contábeis - NPC" do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul. Conseqüentemente, as demonstrações financeiras podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se, exclusivamente, para utilização e informação da administração do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul e das consorciadas Copel Geração e Transmissão S.A. e Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não essas Companhias. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Consórcio em 31 de março de 2019 e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data de acordo com as práticas contábeis estabelecidas no manual contábil Normas e Procedimentos Contábeis (NPC) acima mencionado.

Curitiba, 9 de maio de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.03.2019	31.12.2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.022	1.358
Cauções e depósitos vinculados	6	23.551	26.045
Créditos com consorciadas	7	2.082	2.094
Créditos entre consorciadas	8	199	1.671
Créditos das consorciadas	9	52.964	52.675
Outros créditos		3.268	3.138
Total do ativo circulante		<u>83.086</u>	<u>86.981</u>
Não circulante			
Cauções e depósitos vinculados	6	33.673	33.250
Créditos das consorciadas	9	463.606	498.932
Imobilizado	10	1.363.271	1.378.131
Intangível	11	19.866	20.078
Total do ativo não circulante		<u>1.880.416</u>	<u>1.930.391</u>
Total do ativo		<u><u>1.963.502</u></u>	<u><u>2.017.372</u></u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	2.082	2.094
Débitos com consorciadas	13	27.841	30.541
Débitos entre consorciadas	14	199	1.671
Financiamentos	15	50.495	50.227
Concessões a pagar	16	2.469	2.448
Total do passivo circulante		<u>83.086</u>	<u>86.981</u>
Não circulante			
Débitos com consorciadas	13	33.673	33.250
Financiamentos	15	384.116	395.417
Concessões a pagar	16	30.081	29.978
Provisão para contingências	17	49.409	73.537
Quotas de consorciadas	18	1.383.137	1.398.209
Total do passivo não circulante		<u>1.880.416</u>	<u>1.930.391</u>
Total do passivo		<u><u>1.963.502</u></u>	<u><u>2.017.372</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Período de três meses findo em 31 de março de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	31.03.2019	31.03.2018 (Reapresentado)
Variações nos ativos e passivos		
Redução ao ativo intangível	212	213
Redução ao ativo imobilizado	14.860	14.860
Redução de créditos com/das consorciadas	35.049	11.466
Redução de créditos entre consorciadas	1.472	2.568
(Aumento) de outros créditos	(130)	(250)
(Redução) aumento de débitos com consorciadas	(2.277)	1.648
(Redução) de débitos entre consorciadas	(1.472)	(2.568)
(Redução) de fornecedores do consórcio	(12)	(2.132)
(Redução) de financiamentos	(11.183)	(11.246)
Aumento (redução) de encargos financeiros	150	(88)
(Redução) de quotas de consorciadas	(15.072)	(15.073)
(Redução) aumento de provisões para contingências	(24.128)	1.817
Aumento de concessão a pagar	124	183
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(2.407)	1.398
Redução (aumento) de cauções e depósitos vinculados	2.071	(1.236)
Caixa líquido gerados pelas (utilizado nas) atividades de investimento	2.071	(1.236)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	(336)	162
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.358	1.193
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.022	1.355

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (“Consórcio”) é um empreendimento constituído por meio de contrato celebrado em 28 de novembro de 2006 pelas Consorciadas Copel Geração e Transmissão S.A. (“Copel Geração e Transmissão”) (51%) (empresa líder) e Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (“Eletrosul”) (49%). Em 10 de outubro de 2006, por meio do Leilão de Energia Nova Aneel nº 004/06, conquistou concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Mauá, com potência instalada de 363 MW, com prazo de 35 anos a partir de 03 de julho de 2007, data da assinatura do contrato. O empreendimento é constituído por uma casa de força principal de 352 MW e por uma casa de força complementar de 11 MW, totalizando 363 MW de potência instalada, a partir do aproveitamento energético inventariado no trecho médio do rio Tibagi, na divisa dos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, na região Centro - Leste do Estado do Paraná.

Conforme o Despacho nº 2923/2016 - Aneel, relativo ao processo nº 48500.001499/2007-62, a Usina Hidrelétrica Mauá (UHE Mauá), cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UHE.PH.PR.029598-1.01, passou a se chamar Usina Hidrelétrica Governador Jayme Canet Júnior (UHE'GJC).

2 Apresentação das informações financeiras intermediárias

As informações financeiras intermediárias apresentadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis estabelecidas no manual contábil da Entidade denominado “Normas e Procedimentos Contábeis - NPC” as quais não exigem a divulgação da demonstração das mutações do patrimônio líquido e da demonstração de resultado, tendo em vista que para a natureza da Entidade (“Consórcio”) não existem receitas e despesas próprias a serem apresentadas (Vide nota explicativa 3(g)).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração do Consórcio em 9 de maio de 2019. Após a sua emissão, somente as consorciadas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

3 Sumário das principais práticas contábeis - NPC

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

b. Cauções e depósitos vinculados

Representam as aplicações financeiras mantidas para pagamentos específicos. Os saldos são mantidos até o total cumprimento de determinadas obrigações contratuais e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado das consorciadas.

c. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos, circulante e não circulante, quando aplicável, são reduzidos mediante provisão aos seus valores prováveis de realização. Os passivos, circulante e não circulante, quando aplicável, incluem os encargos incorridos.

Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos, circulante e não circulante, quando aplicável, são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

d. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada. Os bens do imobilizado são contabilizados pelo valor total de aquisição, devendo corresponder às respectivas participações das Consorciadas Copel (51%) e Eletrosul (49%), conforme determina a Portaria Aneel nº 815, de 30 de novembro de 1994, complementada pela Resolução Aneel nº 015, de 24 de dezembro de 1997. No passivo não circulante, na rubrica Quotas de consorciadas, consta a contrapartida do mesmo valor, de acordo com os percentuais de participação de cada Consorciada.

Os encargos financeiros dos financiamentos destinados à implantação do empreendimento estão demonstrados aos valores registrados em cada Consorciada e não correspondem ao percentual das respectivas participações, conforme nota explicativa 10.f..

(ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados conforme o método definido pelas Consorciadas. O reflexo da depreciação calculada pelas Consorciadas é reconhecido nas quotas das respectivas consorciadas, conforme nota explicativa 10(g)..

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado, como mudança de estimativas contábeis.

e. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Entidade, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. As evidências consideradas devem incluir qualquer evidência adicional fornecida por eventos subsequentes à data do balanço.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

f. Concessões a pagar - uso do bem público

Correspondem aos valores estabelecidos no contrato de concessão relacionados ao direito de exploração do potencial de energia hidráulica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro contábil é efetuado na data da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato e correspondem aos valores de obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros). O registro inicial origina um passivo (obrigação da Entidade) e um ativo intangível (direito de concessão), o qual está refletido na rubrica Quotas de consorciadas. Posteriormente, o passivo é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzido pelos pagamentos contratados e o intangível amortizado pelo prazo de concessão.

g. Receitas e despesas

A receita de venda de energia elétrica, assim como os custos operacionais da Entidade, são registrados contabilmente diretamente nos livros contábeis das Consorciadas, exceto pela depreciação que é registrada como redutora das Quotas de Consorciadas, conforme nota explicativa 10.g. e dos rendimentos das aplicações financeiras que são registrados como créditos em Débitos com as consorciadas, conforme nota explicativa 5 e 6. Em função destas práticas, a Entidade não apura demonstração de resultados.

h. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração de fluxo de caixa da Entidade demonstra exclusivamente as variações das contas patrimoniais do Ativo e Passivo.

4 Reapresentação das demonstrações contábeis

Os valores correspondentes à demonstração de fluxos de caixa em 31 de março de 2018 estão sendo reapresentados em conformidade com as orientações do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Durante o exercício de 2018 o Consórcio identificou que determinadas aplicações financeiras em Cauções e depósitos vinculados estavam apresentadas como Caixa e equivalentes de caixa nos períodos comparativos. Estas aplicações não atendem à definição de equivalentes de caixa conforme CPC 03, por serem resgatáveis apenas no momento em que os órgãos reguladores emitem a anuência para resgate.

Desta forma, com o objetivo de adequação da classificação dos valores dos Certificados de Depósitos Bancários - CDB's custodiados pelo Banco do Brasil S.A. para atendimento da Lei da Mata Atlântica e eventual necessidade de averbação da Reserva Legal, tais aplicações passam a ser demonstradas na conta Cauções e Depósitos Vinculados.

A tabela a seguir resume os impactos nas informações financeiras intermediárias do Consórcio.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de março de 2018

	Efeitos da reapresentação dos saldos comparativos		
	Anteriormente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Variações nos ativos e passivos			
Aumento de outros ativos	28.857	-	28.857
(Aumento) de outros passivos	(27.459)	-	(27.459)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.398	-	1.398
(Redução) de cauções e depósitos vinculados	-	(1.236)	(1.236)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	-	(1.236)	(1.236)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	1.398	(1.236)	162
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	96.714	(95.521)	1.193
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>98.112</u>	<u>(96.757)</u>	<u>1.355</u>

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31.03.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Caixa e bancos conta movimento	11	10
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>1.011</u>	<u>1.348</u>
	<u>1.022</u>	<u>1.358</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Conforme estabelecido no manual contábil “Normas e Procedimentos Contábeis - NPC” os rendimentos das aplicações financeiras são registrados como valores a serem restituídos às consorciadas na rubrica Débitos com consorciadas.

6 Cauções e depósitos vinculados

	Circulante	
	31.03.2019	31.12.2018
Certificado de depósito bancário - CBD (a)	23.551	26.045
	<u>23.551</u>	<u>26.045</u>
Não circulante		
	31.03.2019	31.12.2018
Certificado de depósito bancário - CBD (b)	33.673	33.250
	<u>33.673</u>	<u>33.250</u>

- (a) Caução bancária - Lei da Mata Atlântica: Conforme anuência do IAP, Ofício nº 690/2018 IAP/GDP de 13/09/2018, foram iniciados os resgates dos valores em garantia para aquisição de áreas vinculadas a Lei da Mata Atlântica, condicionante da Licença de Operação nº 27.431 da UHE GJC, na região de Serra Grande, margem esquerda do Rio Tibagi a montante da usina.
- (b) Caução bancária - Reserva Legal: Aguarda anuência do IAP para a movimentação ou devolução ao Consórcio. A isenção ou eventual obrigação de averbar a Reserva Legal será definida administrativamente junto ao IAP ou judicialmente, considerando o advento da Lei nº 12.651/2012.

Lei da Mata Atlântica (artigo 17 da Lei nº 11.428/2006) e Reserva Legal

Por ocasião da supressão vegetal de áreas no bioma Mata Atlântica na região dos municípios de Ortigueira e Telêmaco Borba (PR) para a formação do reservatório da UHE GJC, em 17 de fevereiro de 2011 foi firmado um Termo de Compromisso Ambiental entre Instituto Ambiental do Paraná - IAP e CECS visando garantir o atendimento do artigo 17 da Lei nº 11.428/2006.

Desse modo, no ano de 2012 o órgão ambiental condicionou a emissão da autorização para enchimento do reservatório da usina mediante a constituição de caução bancária, o qual foi efetivada pelo CECS através da aquisição de Certificados de Depósitos Bancários - CDBs custodiados pelo Banco do Brasil S.A. por intermédio de Contratos de Prestação de Serviços de Administração de Contas e/ou Garantias, para atendimento da referida Lei da Mata Atlântica e eventual necessidade de averbação da Reserva Legal referentes às áreas desapropriadas para a formação do canteiro de obras, reservatório e Área de Preservação Permanente no entorno do reservatório.

Os Certificados de Depósito Bancário - CDB possuem remuneração atrelada à variação do CDI com liquidez imediata realizadas em instituições financeiras consideradas de 1ª linha.

Conforme estabelecido no manual contábil "Normas e Procedimentos Contábeis - NPC" os rendimentos das cauções e depósitos vinculados são registrados como valores a serem restituídos às consorciadas na rubrica Débitos com consorciadas.

7 Créditos com consorciadas

	31.03.2019	31.12.2018
Copel Geração e Transmissão S.A.	1.062	1.068
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	<u>1.020</u>	<u>1.026</u>
	<u>2.082</u>	<u>2.094</u>

Referem-se às aquisições por meio do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos pagamentos ainda não foram efetuados pelas Consorciadas. No passivo circulante constam os respectivos valores subdivididos nas rubricas “Fornecedores” até que tais débitos sejam liquidados.

8 Créditos entre consorciadas

	31.03.2019	31.12.2018
Copel Geração e Transmissão S.A.	199	935
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	<u>-</u>	<u>736</u>
	<u>199</u>	<u>1.671</u>

São créditos mantidos com as Consorciadas Copel Geração e Transmissão S.A. e Eletrosul Centrais Elétricas S.A., referentes às aquisições para o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos repasses dos pagamentos foram efetuados por uma única Consorciada, bem como são gastos registrados que foram efetuados pelas Consorciadas no empreendimento UHE GJC e que farão parte do encontro de contas. No passivo circulante constam os mesmos valores contabilizados em “Débitos entre Consorciadas” até que tais débitos sejam liquidados.

9 Créditos das consorciadas

	Circulante		Não circulante	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Financiamentos BNDES - Copel	24.323	24.194	185.013	190.457
Financiamentos BNDES - Eletrosul	26.172	26.033	199.103	204.960
Provisão para contingências - Copel	-	-	25.199	37.504
Provisão para contingências - Eletrosul	-	-	24.210	36.033
Concessões a pagar - Copel	1.241	1.230	15.532	15.480
Concessões a pagar - Eletrosul	<u>1.228</u>	<u>1.218</u>	<u>14.549</u>	<u>14.498</u>
	<u>52.964</u>	<u>52.675</u>	<u>463.606</u>	<u>498.932</u>

A rubrica agrupa os valores dos encargos financeiros e principal a serem pagos dos Contratos de Repasses de Recursos do BNDES, as provisões para contingências e os valores da outorga onerosa da concessão, pelo uso do bem público. No passivo circulante e não circulante constam os respectivos valores subdivididos nas rubricas “Financiamentos”, “Provisão para Contingências” e “Concessões a Pagar”.

10 Imobilizado

	31.03.2019			31.12.2018
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	151.920	(31.773)	120.147	121.435
Reservatórios, barragens e adutoras	825.172	(173.984)	651.188	658.171
Edificações, obras civis e benfeitorias	229.669	(48.569)	181.100	183.054
Máquinas e equipamentos	524.235	(114.047)	410.188	414.806
Moveis e utensílios	1.058	(410)	648	665
	<u>1.732.054</u>	<u>(368.783)</u>	<u>1.363.271</u>	<u>1.378.131</u>

Os valores contabilizados nas rubricas do Imobilizado estão assim representados:

Terrenos: Custos de indenização aos proprietários das áreas desapropriadas.

Reservatórios, barragens e adutoras: Custos de construção do reservatório, barragem, adutoras e vertedouros.

Edificações, obras civis e benfeitorias: Custo das edificações permanentes destinadas ao abrigo, suporte e proteção de propriedades ou pessoas, inclusive casa de força.

Máquinas e equipamentos: Custos de aquisição relativos a máquinas e equipamentos eletromecânicos do sistema de geração e transmissão da usina.

Reintegração acumulada: Conta redutora do ativo imobilizado que agrupa os valores das depreciações registradas nas Consorciadas.

Encargos financeiros BNDES: Custos dos encargos financeiros dos financiamentos das máquinas e equipamentos destinados à implantação do empreendimento UHE GJC, inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, os quais compreendem os repasses indiretos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por intermédio do agente financeiro, Banco do Brasil, e os repasses diretos mediante a abertura de crédito com o BNDES. Tais valores contabilizados no imobilizado em andamento a título de Encargos Financeiros dos financiamentos destinados à implantação do empreendimento UHE GJC estão demonstrados aos valores registrados em cada Consorciada e não correspondem ao percentual das respectivas participações, considerando-se que os valores contratados são diferentes e seus respectivos encargos possuem taxas de captação de recursos diferenciadas para as duas Consorciadas (Copel e Eletrosul).

Depreciação: As Consorciadas (Copel e Eletrosul) consideram que não há total garantia de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão do empreendimento UHE GJC, do valor residual dos bens que integram o projeto original. Esta interpretação esta fundamentada na lei nº 8.987/95 e no Decreto nº 2.003/96. Dessa forma a partir da entrada em operação desses ativos a depreciação é realizada com as taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão. Conforme previsto nos contratos de concessão, os investimentos posteriores e não previstos no projeto original, desde que aprovados pelo Poder Concedente e ainda não amortizados serão indenizados ao final do prazo das concessões, logo estes ativos serão depreciados com as taxas de depreciação estabelecidas pela Aneel.

As depreciações contabilizadas nas Consorciadas são registradas na Entidade na rubrica “Reintegração acumulada”, conta redutora do Ativo Imobilizado, e em contrapartida na rubrica “Quotas de Consorciadas”.

a. Movimentação do ativo imobilizado:

	Saldo em 31.12.2018	Adições	Saldo em 31.03.2019
Imobilizado em serviço:			
Terrenos	151.920	-	151.920
Reservatórios, barragens e adutoras	825.172	-	825.172
Edificações, obras civis e benfeitorias	229.669	-	229.669
Maquinas e equipamentos	524.235	-	524.235
Móveis e utensílios	1.058	-	1.058
 (-) Depreciação acumulada	<u>(353.923)</u>	<u>(14.860)</u>	<u>(368.783)</u>
	<u>1.378.131</u>	<u>(14.860)</u>	<u>1.363.271</u>

As adições no imobilizado em serviço referem-se aos valores das depreciações registradas nas Consorciadas.

11 Intangível

	31.03.2019		31.12.2018	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Copel Geração e Transmissão S.A.	12.905	(2.755)	10.150	10.259
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	12.352	(2.636)	9.716	9.819
	<u>25.257</u>	<u>(5.391)</u>	<u>19.866</u>	<u>20.078</u>

Valores da outorga onerosa da concessão, relativos ao uso de bem público, demonstrados ao custo amortizado. Os valores foram ajustados a valor presente, com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

a. Movimentação do ativo intangível:

	Saldo em 31.12.2018	Adições	Saldo em 31.03.2019
Intangível em serviço:			
Uso de bens públicos - Copel	12.905	-	12.905
Uso de bens públicos - Eletrosul	12.352	-	12.352
(-) Amortização acumulada	<u>(5.179)</u>	<u>(212)</u>	<u>(5.391)</u>
	<u>20.078</u>	<u>(212)</u>	<u>19.866</u>

As adições no intangível em serviço referem-se aos valores das amortizações registradas nas Consorciadas.

12 Fornecedores

	31.03.2019	31.12.2018
Copel Geração e Transmissão S.A.	1.062	1.068
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	<u>1.020</u>	<u>1.026</u>
	<u>2.082</u>	<u>2.094</u>

Os valores contabilizados nessa rubrica abrigam as contrapartidas das aquisições realizadas por meio do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos pagamentos ainda não foram efetuados pelas Consorciadas.

13 Débitos com consorciadas

	Circulante	
	31.03.2019	31.12.2018
Copel Geração e Transmissão S.A.	14.489	15.685
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	<u>13.352</u>	<u>14.856</u>
	<u>27.841</u>	<u>30.541</u>
	Não Circulante	
	31.03.2019	31.12.2018
Copel Geração e Transmissão S.A.	17.173	16.958
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	<u>16.500</u>	<u>16.292</u>
	<u>33.673</u>	<u>33.250</u>

Os valores contabilizados nesta rubrica se referem ao montante relativo ao aporte de caixa efetuado pelas Consorciadas registradas a caixa e equivalentes de caixa, reembolsado mediante apresentação dos comprovantes de pagamentos, cauções e depósitos vinculados e os rendimentos das aplicações financeiras que são registrados como valores a serem restituídos às consorciadas.

14 Débitos entre consorciadas

	31.03.2019	31.12.2018
Adiantamentos Copel Geração e Transmissão S.A.	-	736
Adiantamentos Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	199	935
	199	1.671

Os valores contabilizados nessa rubrica abrigam as contrapartidas decorrentes das aquisições para o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos pagamentos foram efetuados por uma única Consorciada, bem como registram gastos efetuados pelas Consorciadas no empreendimento UHE GJC que farão parte do encontro de contas. No ativo circulante constam os mesmos valores contabilizados em “Créditos entre Consorciadas” até que tais créditos sejam liquidados.

15 Condições de financiamento do empreendimento

O custo total do empreendimento UHE GJC, constante no Contrato de Repasses de Recursos do BNDES celebrado com o Banco do Brasil, compreende o montante de R\$ 1.069.876 e está distribuído da seguinte forma entre as Consorciadas:

	Eletrosul	Copel	Total
Financiamento BNDES			
Recursos diretos - BNDES	182.508	169.586	352.094
Recursos indiretos - Banco do Brasil S.A.	182.508	169.618	352.126
Total financiamento recursos BNDES	365.016	339.204	704.220
Recursos próprios	159.216	206.440	365.656
Total	524.232	545.644	1.069.876

O pagamento de principal do contrato de financiamento iniciou em março de 2013, exigível mensalmente. Os encargos financeiros decorrentes dos financiamentos obtidos pelas Consorciadas de recursos diretos e indiretos com o BNDES são contabilizados no Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, sendo compostos pelos montantes de juros incidentes sobre o saldo devedor, vinculados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Os saldos remanescentes a pagar referentes aos encargos financeiros e da amortização do principal compreendem os seguintes montantes:

	31.03.2019			
	Circulante			Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Total
Financiamentos BNDES - Copel	705	23.619	24.324	185.013
Financiamentos BNDES - Eletrosul	766	25.405	26.171	199.103
	<u>1.471</u>	<u>49.024</u>	<u>50.495</u>	<u>384.116</u>
	31.12.2018			
	Circulante			Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Total
Financiamentos BNDES - Copel	632	23.562	24.194	190.457
Financiamentos BNDES - Eletrosul	688	25.345	26.033	204.960
	<u>1.320</u>	<u>48.907</u>	<u>50.227</u>	<u>395.417</u>

16 Concessão a pagar / Intangível de concessão

	Circulante		Não circulante	
	31.03.2019	31.12.2018	31.03.2019	31.12.2018
Copel Geração e Transmissão S.A	1.241	1.230	15.532	15.480
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	1.228	1.218	14.549	14.498
	<u>2.469</u>	<u>2.448</u>	<u>30.081</u>	<u>29.978</u>

O Consórcio tem contrato de concessão oneroso com a União para o uso do bem público para a geração de energia elétrica na usina UHE GJC. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente. Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Entidade ajustou a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

As Consorciadas recolhem à UNIÃO desde a data de entrada em operação comercial da UHE, ocorrida em novembro de 2012, até o 35º ano de concessão inclusive, contados da data de assinatura do contrato de concessão ou enquanto estiver na exploração da UHE, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 1.262.

17 Provisão para contingências

	31.03.2019	31.12.2018
Copel Geração e Transmissão S.A.	25.199	37.504
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	24.210	36.033
	<u>49.409</u>	<u>73.537</u>

O Consórcio Energético Cruzeiro do Sul é parte em ações judiciais envolvendo questões da matéria do direito ambiental, civil e patrimonial, relacionadas principalmente à desapropriação de áreas mediante a interposição de medidas judiciais no montante provável de R\$ 30.289 (R\$ 55.084 em 31.12.2018).

No ano de 2017 foi instaurado procedimento arbitral pelo CECS e Consórcio EPC (Construtor) junto à Câmara de Mediação e Arbitragem da Federação das Indústrias do Estado do Paraná - CAMFIEP com intuito de dar apropriada solução aos litígios remanescentes do contrato de fornecimento de bens e serviços para implantação da UHE GJC celebrado na modalidade Engineering, Procurement and Construction - EPC (Engenharia, Suprimentos e Construção). O valor da causa protocolada na CAMFIEP em 30 de junho de 2017 é no montante de R\$ 77.107, sendo o valor de perda provável no montante de 19.120.

No primeiro trimestre de 2019 houve redução do valor total provisionado. Substancialmente, o valor da ação de desapropriação nº 068-68.2011.8.16.0122 cadastrada em 15 de fevereiro de 2011 foi atualizado para o montante de R\$ 18.547 (R\$ 44.018 em 31.12.2018), adequando ao valor que consta na decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná atualizado até o mês de março de 2019. Os autores alegam supostos prejuízos nas atividades de reflorestamento de madeira tipo "Pinus" em função da implantação do reservatório da usina. Conforme avaliação jurídica, o risco continua provável cabendo interposição de recursos visando redução do valor.

Os encargos de provisão são reconhecidos nas rubricas "Créditos das consorciadas" e "Provisões para contingências". Na opinião da Administração, com base na posição dos conselheiros, após consultoria jurídica apropriada, o resultado dessas ações judiciais não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados.

Ações de risco possível

O Consórcio possui ainda ações não provisionadas com risco de perda possível no montante de R\$ 611.274. A principal discussão refere-se à ação de indenização nº 166-53.2011.8.16.0122, no montante de R\$ 347.189 de autoria da Mineradora Tibagiana Ltda., a qual foi cadastrada em 30 de junho de 2011. A requerente alega ser detentora de decreto de Lavra expedido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e afirma que com a concessão de Lavra obtida tornou-se legítima detentora da posse e domínio de área na região do entorno do Rio Tibagi. A indenização pleiteada refere-se a supostos prejuízos nas atividades da mineradora em função das obras de construção da usina.

18 Quotas de consorciadas

	31.03.2019	31.12.2018
Copel Geração e Transmissão S.A	686.156	693.629
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	<u>696.981</u>	<u>704.580</u>
	<u>1.383.137</u>	<u>1.398.209</u>

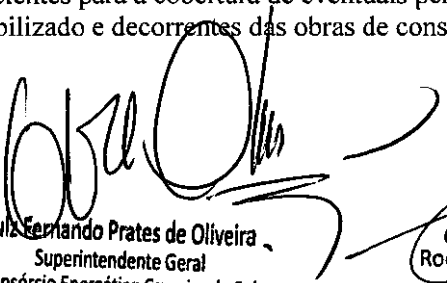
Agrupam o ativo imobilizado em serviço e intangível na proporcionalidade da participação das Consorciadas no Consórcio Energético Cruzeiros do Sul, não se aplicando a respectiva proporcionalidade aos:


- Valores contabilizados a título de encargos financeiros dos financiamentos destinados à implantação do empreendimento UHE GJC, que estão demonstrados aos valores registrados em cada Consorciada, considerando-se que os valores contratados são diferentes e seus respectivos encargos possuem taxas de captação de recursos diferenciadas para as duas Consorciadas (Copel e Eletrosul).
- Valores contabilizados a título de máquinas e equipamentos em função da utilização de critérios diferentes pelas Consorciadas no crédito do PIS/COFINS sobre as aquisições.


19 Cobertura de seguros

Modalidade / Riscos cobertos	Vigência	Franquia máxima - R\$	Montante da cobertura - R\$
Riscos operacionais			
Danos Materiais	23.11.2012 a 23.11.2019	5.000	342.139
Despesas de Salvamento e contenção de sinistros	23.11.2012 a 23.11.2019	1.000	17.107
Alagamento /Inundação	23.11.2012 a 23.11.2019	1.000	17.107
Desentulho/Remoção de escombros	23.11.2012 a 23.11.2019	-	5.000
Pequenas obras de engenharia para reparos, reformas e ampliação	23.11.2012 a 23.11.2019	1.000	17.107
Roubo e/ou furto qualificado de bens	23.11.2012 a 23.11.2019	-	5.000
Tumultos, greves, lock-out, comoção civil e atos dolosos	23.11.2012 a 23.11.2019	1.000	17.107
Honorários de peritos	23.11.2012 a 23.11.2019	-	1.000
Despesas extraordinárias	23.11.2012 a 23.11.2019	-	11.750

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros de bens do ativo imobilizado e decorrentes das obras de construção da UHE GJC.


 Lula Fernando Prates de Oliveira
 Superintendente Geral
 Consórcio Energético Cruzeiro do Sul


 Rodrigo Cândido Rodrigues
 CRC PR-056403/O-5


 Lula Carlos Bubiniak
 Superintendente Administrativo-Financeiro
 Consórcio Energético Cruzeiro do Sul-CECS